



PCCR

# As contas estão prontas

Negociações feitas, contas finalizadas, recursos assegurados. Os sinais verdes para a implementação do novo plano de carreira finalmente se acenderam. E o presidente do Supremo Tribunal Federal, Cezar Peluso, garantiu que o projeto será votado logo após as eleições. Na semana passada, Peluso encaminhou um ofício ao ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, com a planilha dos impactos orçamentários do PL 6613 (veja ao lado). O documento solicita a inclusão, no Projeto de Lei Orçamentária de 2011, dos valores relativos às duas primeiras parcelas do reajuste salarial dos servidores. Pede também que o mesmo seja feito em relação ao orçamento do ano seguinte, com as duas últimas parcelas do plano. Em anexo, uma tabela comparativa mostra a defasagem salarial do Judiciário em relação ao Executivo e ao Legislativo.

Conforme noticiamos (veja em [www.sindjusdf.org.br](http://www.sindjusdf.org.br)), a previsão orçamentária para o PCCR foi encaminhada à Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) no dia 20 de julho. E, no dia 23, o diretor de Recursos Humanos do STF enviou um comunicado aos tribunais com a orientação de que incluam no próximo orçamento o reajuste salarial.

*Supremo Tribunal Federal*

Ofício nº 304 /GP

Brasília, 28 de julho de 2010.

A Sua Excelência o Senhor  
PAULO BERNARDO SILVA  
Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Brasília – DF

Assunto: Plano de Carreira do Poder Judiciário da União.

Senhor Ministro,

Em continuidade ao harmonizado no encontro com o Excelentíssimo Senhor Presidente da República no dia 1º de julho de 2010, no qual Vossa Excelência esteve presente, apresento a planilha referente ao impacto orçamentário do Projeto de Lei nº 6.613/2009, que trata do Plano de Carreira dos Servidores do Poder Judiciário da União.

Os valores apresentados estão dispostos para implementação do referido Plano em quatro parcelas semestrais, sucessivas e cumulativas, iniciando-se em 1º de janeiro de 2011, sendo cada uma delas correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor global estimado para o Projeto de Lei.

Destaco que tal parcelamento já vem sendo objeto de tratativas da Administração desta Corte com a Secretaria de Orçamento Federal.

Diante disso, solicito a Vossa Excelência que determine a inclusão, no Anexo V do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2011, dos valores referentes às duas primeiras parcelas do Plano, a serem implementadas no próximo exercício.

Solicito, ainda, que idêntico procedimento seja adotado oportunamente em relação ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2012.

Na oportunidade, agradeço o empenho de Vossa Excelência e reafirmo que a recomposição salarial constante do referido Projeto de Lei, além de aprimorar as políticas e diretrizes estabelecidas para a gestão de pessoas, almeja solucionar os principais problemas relacionados à questão remuneratória dos integrantes das carreiras judiciárias, cuja estrutura se mostra defasada em relação a outras carreiras públicas do Poder Executivo, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Tribunal de Contas da União, conforme se vê na tabela comparativa anexa.

Atenciosamente,

Ministro CEZAR PELUSO  
Presidente

# Uma questão de bom senso

O programa de tevê CQC, da Band, levou ao ar no mês de junho mais uma de suas “pegadinhas” no Congresso. A equipe levou a vários deputados uma proposta de emenda que inseria a cachaca na cesta básica do brasileiro. Com apenas uma exceção, todos assinaram sem ler e sem ao menos perguntar do que se tratava. Quando questionados (“O senhor sabe o que acabou de assinar?”), eles enrolaram, enrolaram... e acabaram forçados a admitir que não sabiam.

A reportagem revelou ao público algo largamente conhecido pelos que lidam de perto com a política: o fato de uma emenda ser apresentada não signi-

fica que o signatário vá defendê-la. Tanto que o PL 6613 recebeu 54 emendas na Comissão de Trabalho, mas dessas dezenas de propostas apenas 13 foram acatadas pelo relator – mostrando que, para passar, uma proposta precisa de negociação e repaldo político.

Em junho foi apresentada na CFT uma proposta de emendas com uma tabela salarial maravilhosa, que teria todo o nosso apoio se não fosse por um detalhe: não há qualquer sinalização, por parte dos negociadores, de que eles acatariam tal proposta. Ao contrário: de acordo com Peluso, o que está garantido é a aprovação do PL 6613.

Esta é a razão de não estarmos

discutindo a proposta do subsídio: porque ela não existe. Ela é apenas uma ideia, infelizmente sem ressonância e sem chance de passar. Discuti-la agora seria jogar fora dois anos de trabalho pelo plano de carreira. E esperar provavelmente mais dois anos para conseguir o reajuste salarial da categoria.

O Sindjus defende uma remuneração ainda mais alta do que aquela sonhada pelos que apoiam a ideia do subsídio. Mas, neste momento, estamos batalhando pelo reajuste possível, aquele que finalmente foi negociado com o governo, após tanta luta. Esta é uma simples questão de bom senso.



## BRINCADEIRA REVELADORA

Programa CQC, da Band, cria polêmica ao fazer “pegadinha” no Congresso e mostrar que deputados assinam emendas sem ao menos perguntar do que se trata. O PL 6613 (Plano de Carreira do Judiciário) recebeu 54 emendas na Comissão de Trabalho da Câmara. Dessas, apenas 13 foram acatadas pelo relator – as que foram negociadas e contaram com respaldo político do Judiciário e do Ministério Público